

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO E PARECER

**PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 4/XII – “ORIENTAÇÕES MÉDIO
PRAZO 2021 – 2024”, N.º 5/XII – “PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2021” E N.º 6 –
“ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2021”**

05 DE ABRIL DE 2021



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 29 de março de 2021, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional com competência em matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs n.º 4/XII – “Orientações Médio Prazo 2021 – 2024”, n.º 5/XII – “Plano Anual Regional para 2021” e n.º 6 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2021”.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Política Geral, no dia 11 de março de 2021, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Economia até ao dia 5 de abril de 2021.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, as matérias inframencionadas são competência da Comissão Permanente de Política Geral.



PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Política Geral a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021, assim como as Orientações Médio Prazo para o quadriénio 2021-2024, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades Açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento Urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

O parecer das Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas, fundamentam-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2021 inicia-se um novo ciclo de planeamento, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual vertida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o



investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do governo durante o corrente ano de 2021.

A análise da proposta do Plano Anual Regional e de Orçamento referente a 2021, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre a análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas e na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Anual Regional para o ano de 2021, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão Permanente de Política Geral:

Quadro

Plano Anual para 2021

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Política Geral)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 - Informação Comunicação e Cooperação Externa	1.550.000	1.550.000	
1.4 – Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	136.650	136.650	
1.5 - Os Açores no Espaço Europeu	213.350	213.350	
2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	61.592.073	61.592.073	
3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública	68.443.190	52.022.290	16.420.900
5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil	61.055.686	61.055.686	



12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	93.832.630	93.143.430	689.200
---	-------------------	-------------------	----------------

**DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
JOAQUIM BASTOS E SILVA:**

O Secretário Regional Joaquim Bastos e Silva iniciou a sua intervenção referindo que, no que diz respeito ao ponto 3.3 modernização e reestruturação da administração pública regional, a mesma conta com uma dotação global de “meio milhão de euros”. No ano de 2021 está prevista uma verba de 100.000€ para trabalhos especializados, serviços e software informático, sendo estes, trabalhos preparatórios para a modernização e digitalização da Administração Pública, de acordo com o Plano de Recuperação e Resiliência, com um verba total de 25 milhões de euros. Referiu que, a reforma da administração pública dos Açores já vinha a ser produzida nos últimos três anos do anterior governo.

No sistema integrado de gestão da Administração Regional dos Açores com 150.000€, correspondendo a novos moldes de gestão de recursos humanos e a uma desmaterialização de processos, garantindo um serviço desburocratizado. A promoção da qualidade nos serviços da Administração Pública, com uma verba de 25.000€, corresponde a trabalhos que se encontram em curso, sendo necessário manter o sistema de gestão de qualidade pela DROAP com a participação da Estrutura de Missão. A Estrutura de Missão tem estado, até ao momento, centrada na construção das orgânicas e na extinção das empresas públicas, ou seja, na reestruturação do SPER, para que os processos sejam conduzidos com profissionalismo e rigor jurídico.

O Secretário Regional Joaquim Bastos e Silva, a RIAC reaparece no plano com um milhão e 100 mil, mas na verdade da realidade da RIAC tem uma dimensão muitíssimo maior. Este ano a RIAC teve 2,1 milhões de despesas correntes, sendo que é intenção deste Governo procurar fazer uma adequação melhor entre despesas correntes e despesas de investimento.

A criação e instalação do novo data center e a renovação de equipamentos biométricos, destinados aos Bilhetes de Identidade e Passaportes que, por sinal, que já estão em aquisição, bem como, a renovação de equipamentos e a modernização das 55 lojas, compõem os orçamentos para a RIAC. Este Governo pretende levar a cabo um projeto piloto com a aquisição



de uma viatura que possa deslocar-se com o intuito de diminuir o afastamento das populações em relação aos serviços que são prestados neste organismo, dando o exemplo das Bibliotecas itinerantes da Gulbenkian. Caso resulte, poderá ser estendido a várias ilhas.

O Secretário Regional Joaquim Bastos e Silva mencionou que o Governo pretende rever a produção estatística, definindo o seu modelo futuro em colaboração com o INE e respeitando também o organismo nacional que é a Comissão de Estatística. O objetivo é também definir o modelo institucional de evolução da estatística para diminuir a intervenção política, isto é, transformar o organismo menos sujeito a pressões ou intervenções. A ideia inicial é a criação de um Instituto Regional de Estatística, sendo esta uma ideia ainda em construção e que será discutida com o Instituto Nacional de Estatística.

O Deputado Carlos Ferreira (PSD) solicitou a clarificação dos 2,1 milhões de euros associados a RIAC, na medida em que, sendo estes valores relativos a despesas correntes não tinham em vista investimento efetivo, estando, contudo, inscritas no Plano. Relativamente à regularização de pessoal da administração pública pediu um esclarecimento sobre o conteúdo do artigo 10º da proposta de Orçamento sob a epígrafe de Regularização de Pessoal. No que diz respeito à integração de funcionários na Administração Pública, o Deputado Carlos Ferreira questionou quais os trâmites de integração na Administração Pública Regional dos trabalhadores das empresas públicas a extinguir.

O Senhor Secretário Joaquim Bastos e Silva explicou que os 2,1 milhões de euros correspondem a pagamentos de salários e, portanto, foram retirados do Plano e colocados no lugar adequado como despesas correntes, restando 1,1 milhões de euros destinados a despesas de investimento. Referiu, também que existe mais 1 milhão e 420 mil euros relativos à captação de fundos diretamente pela RIAC, nomeadamente, a regularização de pessoal da administração pública tal como previsto no artigo 10º mencionado pelo Deputado Carlos Ferreira. Nesse sentido, o objetivo é diminuir a precariedade, integrando por concurso os funcionários que estão com vínculos laborais há mais de dois anos. O Secretário deixa, no entanto, um alerta com a dimensão da Administração Pública Regional, que conta já com 18 mil funcionários, portanto significa que tem de existir um claro equilíbrio entre as integrações que se vão fazendo e as reais necessidades da Administração Pública Regional.

Relativamente à integração dos funcionários das empresas a extinguir, no que diz respeito à AZORINA são 208 funcionários, onde se inclui os funcionários dos programas ocupacionais e os estagiários, sendo que destes 208, 190 são trabalhadores com contrato a termo e sem termo. Quanto à SINAGA são 51 funcionários ao todo, sendo que 30 continuam afetos à SINAGA e 21 estão cedidos, através de acordos de cedência no âmbito do interesse público à Administração



Regional. Para os funcionários com contratos a termo ou sem termo que assim o desejem, os contratos serão apreciados e, se tiverem contratos à mais de dois anos estarão abrangidos nos termos do artigo 10º, se tiverem contratos à menos tempo será feita a apreciação pelo organismo de destino para se perceber se corresponde a necessidades permanentes ou não do serviço.

O Deputado João Vasco Costa (PS) pediu novo esclarecimento relativamente aos 2,1 milhões de euros relativos às despesas correntes da RIAC e à verba para a captação de fundos comunitários por parte deste organismo.

O Senhor Secretário Joaquim Bastos e Silva referiu que, para além dos 2,1 milhões em despesas correntes existem 2 milhões 521 mil euros divididos em duas partes, 1,1 milhões em investimentos inscritos no plano e 1 milhão 421 mil euros em receitas correntes, ou seja, captação direta e real dos fundos comunitários.

O Senhor Deputado Manuel Ramos (PS) questionou sobre a Central de Serviços Partilhados existente nas ilhas da Graciosa e Santa Maria, nomeadamente, se este Governo pretende replicar as centrais de serviço pela região, uma vez que, na sua opinião são uma forma de concentrar recursos e diminuir despesas.

O Senhor Secretário Joaquim Bastos e Silva afirmou que as Centrais de Serviços Partilhados são para manter, esta é uma decisão que já foi tomada, sendo que, estão a ser analisados alguns pormenores, uma vez que este Governo pretende otimizar os serviços prestados pelas Centrais de Serviços, alargando-os às empresas e a outros departamentos governamentais, por forma a resolver questões ligadas ao emprego e à aquisição de serviços em conjunto.

Garantiu que a ideia é a de reforçar os Serviços Partilhados e não de reduzir ou suprimir missiva.

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, ARTUR LIMA:

O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção fazendo um resumo das áreas que estão na alçada da Vice-Presidência e que se enquadram na Comissão de Política Geral. Nesse sentido referiu o seguinte:

No quadro do Plano e Orçamento para 2021, a Vice-Presidência do Governo compreende as seguintes áreas de atuação e de investimento: Solidariedade Social, Habitação, Poder Local, Comunidades e Aerogare Civil das Lajes.

O Plano de investimentos global da Vice-Presidência, para 2021, é de 60.592.073€:

Na área social, o investimento será de 33.471.864€ e na habitação será de 20.064.803€.



Quanto às outras áreas, salienta-se que no poder local, um investimento de 3.000.000€; nas comunidades, 355.000€; e na Aerogare, um investimento de 3.700.406€.

1. O Governo dos Açores quer valorizar o poder local, sobretudo porque são autarquias que estão mais próximas dos cidadãos. Somos fiéis ao princípio da subsidiariedade e da proximidade. É preciso desenvolver uma nova dinâmica no relacionamento entre o poder regional e o poder local para que os nossos cidadãos possam ter respostas aos seus problemas.

No que respeita ao Plano de investimentos do poder local para 2021, haverá um investimento na ordem dos 3.000.000€.

2021 será um ano em que o Governo dos Açores irá priorizar os apoios às freguesias, cujos autarcas, pela proximidade da sua ação, lidam diretamente com a vivência quotidiana dos problemas dos cidadãos.

Assim sendo, iremos apostar fortemente na informação e formação dos autarcas de freguesia de forma conjugada com a prestação do apoio técnico que tem de lhes ser garantido.

Às ações de formação inicial, seguir-se-á um programa de acompanhamento, que durará até final do próximo ciclo autárquico, que visa aprofundar questões mais frequentes, atualizar informação e contribuir para a formação de redes que favoreçam a cooperação e trabalho conjunto entre autarcas, Administração Local e a Administração Regional Autónoma.

Para além disso, incluiremos neste Plano e Orçamento a verba necessária para reforçar a prática de cooperar com as freguesias no financiamento de um conjunto de despesas de funcionamento – mobiliário e equipamento destinado ao normal funcionamento das sedes; pequenas reparações nas respetivas sedes; despesas de deslocação decorrentes de participação em reuniões, colóquios e ações de formação promovidas pelos serviços dependentes da vice-presidência –, assim como com os municípios.

Apoiaremos as câmaras municipais (Angra do Heroísmo, Velas, Lajes do Pico, Lajes das Flores, Madalena e Horta) que sofreram prejuízos com a intempérie Lorenzo – apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais (2.167.441€), tais como:

Angra do Heroísmo: obras nas freguesias de São Mateus e Porto Judeu;

Velas: reabilitação de caminhos; zona balnear; equipamentos e edifício Sol – Rosais;

Lajes do Pico: recuperação de zonas de lazer e zonas balneares; piscina; recuperação de equipamentos culturais e desportivos.

Madalena: reabilitação de caminhos, zonas balneares e piscina;

Horta: obras em ruas e caminhos, zonas balneares, piscina municipal, armazéns municipais, zona de lazer da Feteira e cobertura do pavilhão desportivo.



Lajes das Flores: obras de reparação da avenida da Fajã Grande, incluindo muros, passeios e asfalto.

2. Nas comunidades, entendemos ser fulcral estreitar a nossa ligação à diáspora, não só na perspetiva de preservação e promoção da identidade açoriana, mas também com o objetivo de estimular investimentos económicos na Região, por parte dos nossos emigrantes.

Quanto ao Plano de investimentos das comunidades, este terá um investimento global de 355.000€.

Para 2021, os princípios genéricos subjacentes às políticas destinadas às comunidades, emigração e imigração serão:

- Adaptar a capacidade de atuação aos condicionalismos decorrentes da situação pandémica, apostando nas novas tecnologias de informação;*
- Implementar novos projetos que incentivem a aproximação da Região à Diáspora;*
- Criar redes de cooperação e intercâmbio entre os Açores e as comunidades.*

Em virtude do tempo atípico que vivemos, iremos adquirir e disponibilizar equipamentos de transmissão online e projeção local (KIT TECNOLÓGICO) para a criação de uma verdadeira rede tecnológica e contato simultâneo entre a Região e as nossas Casas dos Açores (investimento global de 25.635€).

Ainda ao nível da nossa presença no espaço digital, iremos criar o Portal da Açorianidade que passará por congregar os sete sítios na internet geridos pela Direção Regional das Comunidades. Posteriormente, ser-lhe-ão associadas duas novas funcionalidades: Bibliografia Geral da Diáspora Açoriana (Catálogo Digital) e Coleção de Memórias da Diáspora Açoriana (Visita Virtual).

Proseguiremos o projeto “Bridging The Atlantic” que visa a cooperação e intercâmbio, entre os Açores e os EUA, na área da saúde (cooperação de docentes e investigadores na área da Saúde e o intercâmbio de estudantes de enfermagem americanos e açorianos, com participação financeira do Governo dos Açores).

Em 2021, apoiaremos financeiramente os nossos parceiros na Região, em matéria de emigração (Associação dos Emigrantes Açorianos) – 4.880€ e de imigração (Associação de Imigrantes dos Açores, Gabinete do Apoio a Migrantes – CRESAÇOR e Associação dos Imigrantes Brasileiros nos Açores), no valor de 33.300€.

Na diáspora, apoiaremos as nossas Casas dos Açores no valor global de 100.575€, contemplando, este ano, duas novas Casas dos Açores – do Maranhão e da Madeira; assim como



instituições/organizações de intervenção social na diáspora e centros/núcleos promotores da cultura e educação.

3. A Aerogare Civil das Lajes ficou na égide da Vice-Presidência com o propósito de dar um novo ímpeto a uma infraestrutura aeroportuária que é decisiva para o desenvolvimento económico não só da ilha Terceira, como também de toda a Região.

Dando centralidade à Aerogare das Lajes, e potenciando as ligações áreas à Terceira e ao Grupo Central, estamos a impulsionar o crescimento harmonioso do arquipélago. Pela via do turismo e pela via das exportações. O objetivo do Governo dos Açores é, portanto, o de criar um modelo de desenvolvimento multipolar.

Em 2021, está previsto para a Aerogare um investimento de 3.700.406€.

Neste sentido, em 2021 vamos criar instrumentos para promover e facilitar os investimentos das empresas que prestam serviços de assistência em escala no aeroporto, permitindo que estas possam aumentar a sua capacidade de resposta aos operadores. Para a conservação, manutenção e apetrechamento da Aerogare estão previstos 2.545.000€.

Além disso, vamos otimizar a utilização do novo Terminal de Cargas junto dos setores económicos e operacionalizar o seu funcionamento, corrigindo possíveis anomalias que existam na obra.

4. Relativamente ao Plano de investimentos da habitação para 2021, prevê-se um investimento na ordem dos 20.064.802€.

Os Açores precisam de viver uma nova fase no que respeita à política de habitação. Uma política que não esquece a habitação social, mas que vai mais além. Uma política talhada para a emancipação dos jovens e para facilitar a construção de um projeto de vida de um casal jovem. Uma política que permita que uma família de classe média de baixo rendimento possa ter acesso a uma habitação digna.

Relativamente ao Plano de investimentos da Habitação para 2021, este visa a concretização de dois objetivos fundamentais:

- Promover políticas de reabilitação urbana através de operações urbanísticas de conservação, alteração, reconstrução e ampliação do edificado público e privado da Região.*
- Promover políticas de acesso a habitação permanente, através do mercado de arrendamento habitacional, da construção de habitação própria e a custos controlados e do aumento da cobertura de habitação social.*

De um modo geral, pretende-se ainda para a Região na sua totalidade:



- Regularizar o valor em atraso dos encargos com empréstimos contraídos pelos municípios para construção/aquisição de habitação destinada a realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas.
- Criar uma carteira de habitação social tendo em vista a resolução de situações urgentes, e a deslocalização de inquilinos da Região, a fim de se promover a reabilitação de imóveis que carecem de intervenção urgente.
- Promover a deslocalização de famílias residentes em zonas de risco.
- Apoiar a construção de habitação a custos controlados.
- Promover a construção de habitações para realojamento, operações urbanísticas e reabilitação de infraestruturas habitacionais.
- Garantir a manutenção de equipamentos e a adequação tecnológica dos serviços.

A Deputada Sabrina Furtado (PSD) iniciou a sua intervenção enaltecendo a criação de uma Direção Regional para apoio técnico às Juntas de Freguesia, colmatando assim uma falha que vinha a ser reportada pelos autarcas, conferindo um maior suporte e proximidade entre Poder Regional e Poder Local. Questionou se, no Plano e Orçamento para 2021, existe alguma folga orçamental para construção de programas com as Juntas de Freguesia, indicando como exemplo as ações de recolha de plásticos e outros resíduos nas zonas costeiras, tendo as mesmas de suportar, no final, os custos com o depósito destes resíduos. São serviços prestados à sociedade, sendo injusto que estas verbas sejam tiradas aos orçamentos das Juntas. Referiu ainda que, no passado, não houve um tratamento equitativo na distribuição de verbas às Câmaras e Juntas de Freguesia, tal como se comprova nos relatórios do Tribunal de Contas, pelo que acredita que o novo Governo estará a preparar a base de critérios para distribuição de fundos. Solicitou, também, mais informações sobre a intenção de devolução do IVA e do IRS às Câmaras Municipais.

O Vice-Presidente Artur Lima mencionou que os autarcas tem falta de um apoio técnico e jurídico que lhes confira um maior suporte às suas ações, sendo que, a criação de uma Direção Regional do Poder Local constitui-se como o primeiro passo para este apoio que está em falta. No passado, a DROAP possuía uma divisão para o Poder Local, sendo que, hoje, todos os recursos afetos à divisão do Poder Local foram alocados para a Direção Regional do Poder Local, sendo que os recursos ainda não são suficientes. A Direção Regional do Poder Local funciona de forma independente quer em termos funcionais, quer em termos de espaço e recursos humanos. Quanto à recolha de resíduos, reconhece que as Juntas de Freguesia desempenham um trabalho meritório na limpeza das zonas costeiras, sendo que, poderá haver uma articulação



com as Secretarias do Ambiente e da Agricultura, com intuito de se apoiar as Juntas na prestação destes serviços. Relativamente aos critérios de apoio e distribuição de fundos às autarquias, o Vice-Presidente garantiu que essa distribuição será equitativa e justa. Reconhece que o povo é que escolheu os seus autarcas e que, portanto, não pode haver qualquer tipo de discriminação, independentemente da força partidária que representem. Quanto ao IVA e o IRS, considerou ser inteiramente justa a devolução destes valores às autarquias, estando plasmada esta intenção no Programa do Governo. Em termos de orçamento, está a ser delineada a melhor estratégia em termos jurídicos, contudo, garante que será devolvido o IVA às autarquias e será estabelecido um acordo de devolução do IRS, sendo que, não será devolvido todo de uma vez, razão pela qual, terá de ser construído um plano de devolução destes valores às autarquias.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) referiu que o valor afeto às ações relacionadas com o combate às térmitas se encontram no mesmo programa da “Casa Habitada, Casa Renovada” tendo questionado quanto está alocado à ação concreta para o combate de infestação por térmitas e se o Governo pretende reativar algum modo de promoção de recuperação da Habitação com vista à minimização da sua propagação.

O Vice-Presidente reconheceu a problemática da infestação por térmitas e informou que as verbas serão disponibilizadas consoante a necessidade, razão pela qual não podem estar a definir uma verba específica apenas para as térmitas.

O Deputado Carlos Furtado (CH) reconheceu a pertinência das palavras do Vice-Presidente Artur Lima, no que diz respeito à fiscalização e responsabilização das famílias que vivem em imóveis da Região, sendo importante que se mantenham sempre as condições de salubridade e habitabilidade destes imóveis. Relativamente à possibilidade de se deslocarem as famílias de imóvel para imóvel em função das necessidades de cada agregado familiar, o Deputado Carlos Furtado assumiu que discorda deste princípio, alegando que não se consegue criar um ligação afetiva com o imóvel, podendo até levar a que as famílias não cuidem da habitação por ser uma situação transitória. Registou a preocupação deste Governo com a recuperação das habitações, contudo, teme que não seja bem sucedida. Questionou se serão criados mecanismos, diferentes dos atuais, de fixação das famílias nos principais centros urbanos.

O Vice-Presidente Artur Lima referiu que é necessário reabilitar o parque habitacional, sendo necessário, em alguns casos, realojar algumas famílias temporariamente para que se possa proceder à reabilitação das suas habitações. Existem, no entanto, outros casos, nomeadamente habitações que foram atribuídas a famílias sem ter em consideração as necessidades dos seus



agregados familiares, dando o exemplo de habitações T3 atribuídas a famílias com um filho ou até sem nenhum, havendo famílias em listas de espera para um T3 porque têm dois ou mais filhos. Nestes casos será feita a reabilitação das habitações e haverá deslocalização de famílias por forma a suprir as necessidades de cada agregado familiar. Relativamente à fiscalização, terá de ser pedagógica, é importante que as famílias percebam que as casas que lhe são atribuídas são património de todos os Açorianos, sendo fundamental que fique plasmado nos contratos os direitos e os deveres dos agregados familiares. No que diz respeito à reabilitação urbana, deteram um problema com as casas que são de vários herdeiros, sendo difícil proceder à sua reabilitação, contudo, este Governo tem no setor da habitação uma grande preocupação, pelo que, proactivamente, pretendem recuperar o parque habitacional e promover uma reabilitação urbana de qualidade.

A Deputada Alexandra Manes (BE) mencionou a Resolução nº 13/2019 de 26 de julho, que recomendava ao Governo que quando desenvolvesse as obras de requalificação necessárias à habitabilidade das infraestruturas residenciais integradas nos bairros «Nascer do Sol» e «Beira-Mar», destinasse 20 habitações para integrarem a resposta de habitação de cariz social e no mercado de arrendamento. A Deputada referiu que este assunto caiu no esquecimento, tendo questionado quais as intenções do novo Governo no que diz respeito a estes dois bairros.

O Vice-Presidente Artur Lima referiu que esteve recentemente nos bairros «Nascer do Sol» e «Beira-Mar» e que este património não pode ser desperdiçado. Não há um calendário definido para as ações do Governo, mas já foi pedido um levantamento de necessidades. Garantiu que a maior parte dos imóveis serão alocados à habitação para fazer face aos diferentes programas implementados pelo Governo, nomeadamente, habitação social, arrendamento jovem, entre outros. Referiu que o “Terceira Tech Island” é um projeto que deve ser continuado e que algumas habitações poderão ser recuperadas com o intuito de suprir as necessidade que possam advir da evolução do projeto “Terceira Tech Island”.

O Deputado Vilson Gomes (PS) mencionou o impacto que o programa “Famílias com Futuro” tem na região, considerando-o como o principal programa de apoio ao arrendamento. Nesse sentido, questionou quais as verbas alocadas para cada uma das vertentes deste programa, nomeadamente, o incentivo ao arrendamento para residência permanente e a resolução de situações de grave carência habitacional, uma vez que, estes valores não se encontram desagregados, constando, apenas, o montante global de pouco mais de 3 milhões de euros. Questionou, também, a diminuição desta verba relativamente aos orçamentos anteriores.

O Vice-Presidente Artur Lima informou que o projeto “Famílias com Futuro” é um bom projeto e que será para continuar. Informou, também, que a verba agregada permite ter alguma



liberdade na atribuição da mesma, pelo que o valor atribuído a este programa dependerá do número candidaturas. Relativamente à diminuição da verba face aos anteriores orçamentos, o Vice-Presidente informou que este é um plano para 6 meses, daí o acerto no valor da mesma. Segundo o Vice-Presidente Artur Lima “não interessa ter um grande fatia de orçamento, mas sim uma fatia que seja executável”. Nesse sentido, espera que este Governo consiga até ao final de 2021 cumprir a verba que está prevista nesta rúbrica em benefício de todos os Açorianos. Considera que o grande desafio dos Governos é, efetivamente, conseguir executar as verbas que estão previstas nos Planos e Orçamentos.

O Deputado Manuel Ramos (PS) mostrou satisfação na intenção do Governo em continuar a formação autárquica, garantindo um apoio jurídico e técnico aos autarcas. Relativamente aos apoios às Juntas, no âmbito do programa “EcoFreguesias” já está disponível um valor para apoiar no âmbito das ações de limpeza das zonas costeiras. Questionou se, em relação à habitação, na opinião do Governo, as Juntas de Freguesia, em conjunto com a Vice-Presiência poderão desempenhar um papel importante no âmbito da reabilitação urbana.

O Vice-Presidente Artur Lima informou que os autarcas poderão contar com uma total lealdade, frontalidade e transparência no relacionamento com o Governo. Nesse sentido, considerou que a DROAP fez o que lhe competia no que diz respeito ao apoio aos autarcas, contudo, a DROAP apoiava toda a Administração Pública, razão pela qual a criação de uma Direção Regional do Poder Local desenvolverá a sua ação mais próxima dos autarcas, dando continuidade ao trabalho que vinha já a ser feito, permitindo à DROAP concentrar-se nos serviços específicos da Administração Pública. Relativamente à habitação, será uma inovação deste Governo poder articular com as Juntas de Freguesia a reabilitação das habitações, de modo a que as Juntas sejam parceiros ativos na recuperação das habitações degradadas nas respetivas freguesias. Os autarcas que estão no terreno têm melhor conhecimento da realidade das suas freguesias, podendo atuar como parceiros na identificação de habitações degradadas e, até mesmo, casos de habitação social. Nesse sentido, e como referiu anteriormente, este Governo pretende trabalhar de forma transparente em prol dos Açores e dos Açorianos, contando com a colaboração de todos.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO, CLÉLIO MENESES:

O senhor Secretário Regional iniciou a sua intervenção referindo que o que se pretende é desenvolver uma política de investimentos criteriosa e rigorosa ao nível da Proteção Civil, tendo em conta a importância e relevância que a mesma tem ao nível da prevenção e também da



pronta prestação de cuidados à população. Referiu que há um conjunto de áreas de intervenção privilegiadas, nomeadamente, aquisição de novos equipamentos para ter uma capacidade material formativa e humana para dar resposta aos desafios da área e, também, a uma resposta eficaz e pronta. Perante as necessidades dos Açores, o Secretário Regional Clélio Meneses garantiu, também, que as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários terão o apoio que necessitam, para que possam assegurar um serviço eficaz, nomeadamente, no transporte terrestre de doentes e na capacidade de socorro às populações. O Governo pretende, também, reforçar o investimento nas reparações e manutenção de veículos que garantam a operacionalidade dos meios na Região, um investimento na aquisição de novas viaturas, um reforço de investimento no parque informático e software e respetivos contratos de manutenção e, também, a dinamização e alargamento de atuação da Linha Saúde, entendendo que é necessário implementar algumas mudanças que tornem este importante serviço mais eficaz e fiável no sentido de a resposta ser mais rápida e dotando a mesma de meios humanos e técnicos para o efeito. A aposta na formação e qualificação com certificação através de ações de formação, ao mesmo tempo, aperfeiçoar técnicas de combate aos fogos busca e resgate em estruturas colapsadas, utilizando o Centro de Formação da Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, realizando exercícios com inclusão de todos os agentes da Proteção Civil e demais entidades com responsabilidade na área. Ao nível da remodelação e construção de quartéis de Bombeiros prevê-se a conclusão dos projetos de ampliação das Lajes do Pico, da Povoação e da Horta. Relativamente ao Orçamento há uma transferência de despesas correntes da região para a Proteção Civil de 860 mil euros que completam aquilo que é o orçamento global da Proteção Civil cerca de 2,4 milhões de euros. O plano conta com 13 milhões 498 mil e 464 euros o que corresponde ao valor que tem vindo a ser executado. Neste caso concreto relativamente ao que foi concretizado em 2020 ao nível da Proteção Civil dos Açores foi executado um montante de 8 milhões 519 mil e 367 euros, sendo que, neste plano há um crescimento de 58% face ao executado em 2020. Informou que para a aquisição de ambulâncias está previsto um valor de 214 mil euros, um valor inferior em 80% relativamente àquilo que foi o executado no ano anterior, mas decorre do enorme investimento que foi feito na Região em todas as Associações de Bombeiros através do fornecimento de ambulâncias às respetivas corporações. Ainda que estas viaturas sejam recentes, o Governo tem recebido um conjunto de reclamações por parte das Associações que reportam problemas de travões e de carroçaria, sendo que o valor prevista permitirá suprir estas necessidades.

Há uma verba prevista, no valor de 701 mil euros para a aquisição de dois Auto-Tanques pesados e um Pronto Socorro pesado. Um investimento avultado sem comparação com o ano



anterior, mas que se reveste de grande importância dado o estado atual de muitos dos veículos de pronto socorro pesados.

A região adquiriu em 2010 um auto-tanque pesado, em 2011, 11 Pick-ups. A região possui 33 veículos de pronto socorro pesados, neste momento, um adquirido em 88 e os restantes em 1992. Segundo o Secretário Clélio Meneses, são viaturas obsoletas, sem quaisquer condições de garantirem operações eficazes como se exige neste tipo de intervenção. A região possui 34 veículos desta tipologia, sendo que, 26 têm mais de 20 anos e o mais novo é de 2010.

Relativamente aos investimentos em infra-estruturas, nas Lajes do Pico, Faial e Povoação e, também, a ampliação da secção destacada dos Altares, os processos estão concluídos ou em fase de conclusão, faltando os respetivos pagamentos. A empreitada da Povoação implica uma verba de 1 milhão e 900 mil euros, um valor substancialmente superior ao do ano transacto, a empreitada do Faial corresponde a 2 milhões 975 mil e 856 euros, um aumento exponencial relativamente ao executado ao ano anterior, sendo que as fases finais das obras implicam um maior esforço financeiro.

Relativamente aos apoios às Associações de Bombeiros Voluntários a dotação prevista para o cumprimento dos compromissos assumidos com as medidas propostas em Sessões Plenárias está prevista em 900 mil euros, sendo que, no ano passado, não foi executado qualquer valor a este nível. Também há a necessidade de cumprir com o que decorre da Portaria nº88/2019 relativa ao aumento de 2,8% no pagamento dos tripulantes de ambulâncias, prevendo-se a verba de 4 milhões 702 mil e 793 euros, uma quantia significativa deste plano. No que diz respeito à formação, o Secretário Clélio Meneses deixou uma nota, também, sobre a relevância que tem para o Governo a formação dos profissionais, ainda que o valor seja reduzido, marca a importância de haver uma intervenção efetiva ao nível da formação profissional dos Bombeiros, sendo esta uma reivindicação das várias Associações de Bombeiros da Região.

O Deputado Pedro Neves (PAN) relativamente à aquisição de duas viaturas de transporte terrestre, VMER, para São Miguel e uma para a Terceira, visto que tem de estar sempre em contacto com o médico na ilha Terceira, questionou se algum pensamento por parte da secretaria relativamente a estas viaturas e se, o Governo está a equacionar a hipótese de ter uma segunda unidade de transporte aéreo afeta à Ilha do Faial, de modo a que se possa reduzir o tempo de resposta no resgate de doentes.

O Secretário Regional Clélio Meneses referiu que, neste momento, o que está previsto para este ano são as ações que já foram referidas, sendo que se está a falar de um plano que vigorará durante meio ano, razão pela qual o Governo entende que estas são as ações prioritárias sem



prejuízo de ao longo da legislatura se poder intervir naquilo que for necessário. O Governo pretende cumprir as verbas que aqui estão projetadas sem prejuízo de ao longo deste ano se começar a construir o Plano e Orçamento para 2022, sendo que, algumas das intervenções que referiu o deputado Pedro Neves são de facto algumas delas reivindicadas há algum tempo e meritórias.

O Deputado Pedro Pinto relativamente às radiocomunicações, no montante de meio milhão de euros e Suporte Imediato de Vida questionou, efetivamente, o que se pretende concretizar com estes dois investimentos. No que diz respeito à formação à população, compreende que seja um plano para seis meses, contudo, a verba de 10 mil euros é reduzida, e tendo em consideração a região arquipelágica em que vivemos, sujeita a fenómenos meteorológicos adversos e a vulcanologia assume que deverá ser uma aposta firme do Governo.

O Secretário Regional Clélio Meneses referiu que, no fundo, se pretende concretizar o que está planeado e o que já está em vigor a esse nível, portanto, não são propriamente ações novas. Relativamente à formação à população, considerou ser um valor residual, no entanto, nesta fase é o que é possível, sem prejuízo de haver alguma aleração face às verbas disponíveis. As ações exigem planeamento e uma definição de um quadro de recursos e de meios, pelo que, no curto espaço de tempo de meio ano será difícil concretizar muito mais.

O Deputado Pedro Pinto aproveitou para questionar relativamente à Linha de Saúde Açores se o investimento previsto este meio ano de 130 mil euros é suficiente para colmatar as necessidades do serviço, tornando-o mais rápido o atendimento telefónico.

O Senhor Secretário aludiu às suas primeiras intervenções, considerando que é essencial proceder a uma mudança e reforço ao nível da Linha Saúde Açores. É de facto um serviço que pode e deve funcionar melhor e com maior eficácia. A primeira ação deste novo Governo, em termos de saúde, foi aumentar o número de postos de atendimento da Linha de considerando que é um serviço essencial, sendo o interface perante os cidadãos de todas as questões relativas a saúde que possam ser colocadas. O Senhor Secretário referiu que, os 130 mil euros representam mais 30% relativamente àquilo que foi executado em 2020, o que significa que em 2020 foi executado, neste caso concreto 100 mil euros da linha Saúde Açores.

O Deputado Carlos Ferreira considerou ser acertada esta metodologia de inscrever efetivamente o que se pretende executar, evitando criar expectativas. Referiu ser importante não se permitir que as associações fiquem, novamente, com necessidades muito grandes relativamente à sua frota, sendo importante a ajuda do Governo no que diz respeito à reparação da frota, uma vez que esta é uma reivindicação das Associações de Bombeiros que ficam muito tempo à espera das verbas para reparar os seus veículos que lhes fazem tanta falta na prestação de serviços à



população. Relativamente aos 701 mil euros, para a aquisição de dois auto-tanques pesados e um pronto socorro pesado questionou se o Governo pretende, durante os próximos anos, continuar a dar voz aos reportes das Associações, no que diz respeito, à aquisição de veículos desta natureza.

O Senhor Secretário Clélio Meneses referiu que é exatamente esse pressuposto, o Governo pretende ir renovando gradualmente a frota das Associações de Bombeiros. É necessário ir encontrando soluções adequadas para cada seção de Bombeiros, de acordo com as respectivas necessidades, em vez de comprar em bloco um conjunto para todas, impondo gradualmente a renovação da frota para evitar o que aconteceu no ano passado com a aquisição em massa de veículos que, na prática, não correspondem às expectativas dos Bombeiros e, também, o que está a acontecer atualmente com os atuais auto-tanques pesados e os prontos socorros pesados que se encontram há muito em fim de vida.

O Deputado João Vasco Costa (PS) questionou relativamente às ambulâncias adquiridas em massa recentemente, se as mesmas não estavam ainda em período de garantia e se sim qual a razão de ser da verba alocada à reparação das mesmas.

O Senhor Secretário Clélio Meneses referiu que os 214 mil euros são para a aquisição de três novas ambulâncias, estando alocada uma verba de 50 mil euros para a reparação das ambulâncias. Esta reparação não corresponde a defeitos de fabrico, mas antes à adaptabilidade das viaturas às necessidades de cada Associação em termos de carroçaria. Os fornecedores venderam o que lhes foi encomendado, logo não era responsabilidade do fornecedor. Sendo necessária intervenção a este nível será alocada uma verba, sendo que a mesma poderá ser aumentada se for o caso.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO,

DUARTE FREITAS:

O Senhor Secretário Regional Duarte Freitas iniciou a sua intervenção referindo que, de facto este ano terá de haver um grande esforço da parte do Governo Regional para conter e mitigar as consequências da maior crise dos últimos cem anos com sequelas económicas e sociais já evidentes, outras ainda por apurar e outras que podem ainda aprofundar-se mais. No caso concreto e em relação às matérias da competência da Comissão de Política Geral, que estão relacionadas com a Formação Profissional e com o Trabalho, as relações laborais, a concertação social e também a consolidação laboral, o Senhor Secretário Duarte Freitas salientou no âmbito da qualificação profissional alguns dos objetivos que o Governo pretende levar avante em



termos europeus e também em termos nacionais. A qualificação profissional assume uma grande importância para os próximos anos. No caso dos Açores assumirá uma importância ainda maior porque os indicadores deixam-nos ainda com algum atraso relativamente ao plano nacional e europeu relativamente àquilo que é a qualificação profissional pelo que se pretende definir um horizonte de médio prazo. Na apresentação do programa do Governo foi apresentado o fórum da qualificação profissional que será lançado muito brevemente. Este fórum pretende objetivar no horizonte 2030 as grandes metas e as grandes políticas para a qualificação profissional nos Açores e na comissão organizadora deste fórum. Da Comissão Organizadora farão parte não só a área regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, mas também a Secretaria Regional da Educação, o Conselho Económico e Social, as escolas profissionais e a Universidade dos Açores, sendo que este fórum irá decorrer ao longo deste ano iniciar-se-á em abril e durará até novembro. O objetivo é chamar à reflexão jovens formadores, formandos empresas, as IPSS, a educação a universidade, todos os agentes do ecossistema educativo e formativo que possam ajudar a definir as grandes políticas com um horizonte de 2030, para que se possa definir para onde se quer ir e o que se quer fazer. Esta reflexão situa-se num momento que é crucial e que corresponde ao momento em que vamos ter um novo quadro financeiro pela frente plurianual da União Europeia. O Governo pretende aproveitar esta reflexão para dar o primeiro passo na melhoria da percepção pública que existe em relação à formação profissional. Um jovem que vai para uma escola de formação profissional não vai para uma formação de somenos importância, quando comparada com a formação no ensino regular ou depois no ensino superior, vai para uma formação que, muitas vezes, pode ter até mais empregabilidade do que outros tipos de formação, nomeadamente, a formação superior. Esta melhoria da percepção pública que existe em relação à formação profissional está plasmada nos documentos orçamentais, nomeadamente, na área da qualificação e emprego, está prevista uma verba de 106 milhões de euros de investimento público global considerando aquilo que são verbas do Orçamento Regional e aquilo que são verbas de outros fundos. Em termos globais estão alocados 114 milhões de euros para esta secretaria, portanto, a grande fatia desta Secretaria é para a Qualificação Profissional e o emprego. Em relação à qualificação profissional o Governo pretende, também, refundar a Escola Profissional das Capelas com o intuito de, por um lado aproveitar as referências históricas de qualificação nalgumas áreas para as quais esta Escola era um elemento crucial, nomeadamente, nas áreas da construção civil, na área da metalomecânica e nas áreas da mecânica e, por outro lado fazer da Escola das Capelas a referência para aquilo que será a formação de adultos na região em relação à literacia digital. Este Governo pretende investir



muito na literacia digital, de modo a que todos os jovens tenham as mesmas condições de base e acesso à componente digital. Neste caso é necessário ter uma perceção muito fina e muito apurada daquilo que é a realidade das nossas ilhas para além daquilo que é mais evidente nos grandes aglomerados urbanos e é através da literacia digital e através da infraestrutura digital que nós podemos começar a dar os primeiros meios para esses jovens poderem competir num mercado de igual a par com qualquer outro jovem. Portanto, a Escola das Capelas vai ter um papel na componente histórica que se quer reativar de formação pública e vai ter um papel na literacia digital, vai ter um papel no ensino dual que será lançado e que faz parte do Programa de Governo. O Governo pretende incrementar cada vez mais a Rede Valorizar com a certificação de adultos. O Secretário Regional Duarte Freitas anunciou que já em Abril irá abrir uma formação de larga escala para aqueles que estão inscritos nos centros de emprego e que não têm a 4ª classe ao nono ano de escolaridade. Se fará feita uma formação massiva em 2021 e 2022 para dar formação a essas pessoas para poderem ter a 4ª classe ou o nono ano de escolaridade. São mais de três mil pessoas que estão inscritas nos centros de emprego e que mantém esta formação básica. É objetivo deste Governo iniciar esta formação massiva já no próximo mês para atuar até o final de 2022. poder dar o nono ano de escolaridade a todas estas pessoas para que não sejam prejudicadas nos seus concursos de emprego por falta de habilitações. O Governo pretende relançar a formação quer seja a tradicional quer seja a formação de ativos empregados ou desempregados. Com esta projeção 2030, e com esta refundação de alguma forma da Escola das Capelas pretende-se abrir um caminho de recuperação em termos da qualificação profissional quer seja dos jovens no ensino profissional mais ortodoxo quer seja na formação de ativos adultos, quer seja com a introdução do ensino dual ou com letra C digital.

O Deputado Vílson Gomes (PS) questionou quais os valores destinados especificamente à formação de ativos, ou seja, os ativos enquanto trabalhadores que exercem a sua atividade numa empresa e, também, os ativos que se encontram numa situação de desemprego. A formação profissional pode englobar a formação de ativos, mas também a requalificação de ativos, sendo que a questão é relativa à formação de ativos. Questionou, também, em que dimensão fica a formação profissional ao nível do setor privado se prevê alguma ação neste sentido.

O Senhor Secretário Regional Duarte Freitas referiu que o Governo ainda recentemente lançou um programa chamado Form.Açores que está relacionado com a formação de ativos empregados e desempregados numa espécie de projeto piloto. O Governo está a desafiar as empresas e as entidades formadoras a darem as mãos e fazer formação à medida. Um



restaurante que tem 10 pessoas na sala, 5 pessoas na cozinha, deverá haver um entendimento entre essa empresa e uma entidade formadora para desenhar à medida o que se pretende em termos formativos para o pessoal da sala e para o pessoal da cozinha. Não é uma formação igual para todos, mas uma formação à medida não só da empresa mas das próprias especificidades internas da empresa. Neste Form.Açores há uma modalidade que é a forma de consultoria que prevê até que nas microempresas até 10 trabalhadores o próprio gestor empresário possa ele mesmo também ser objeto dessa formação. Referiu que isto é um projeto piloto e que, naturalmente, o Governo, neste momento, não pode dizer qual vai ser a cadência ou a recetividade dessas entidades, quer seja das formadoras quer seja do mundo empresarial.

Relativamente à formação de adultos que estão no âmbito da Rede Valorizar, são mais de 3 mil os inscritos, há da parte do Governo um compromisso em cativar os adultos para frequentar as formações, usando até eventualmente os meios digitais para que não se percam mais estas pessoas. Pretende-se arranjar abordagens que cativem os formandos aumentando as suas habilitações e o seu índice de empregabilidade.

O Deputado Vílson Gomes referiu que o Fórum de Reflexão funciona à semelhança do que fazia o Observatório do Emprego e Formação Profissional. Questionou o porquê não haver uma rubrica afeta à Inspeção Regional do Trabalho, e se para 2021 está previsto um aumento da dotação afeta a Inspeção Regional do Trabalho, nomeadamente as ações inspetivas, se irão aumentar os recursos e que tipos de ações serão realizadas.

O Senhor Secretário Regional Duarte Freitas referiu que as verbas alocadas à Inspeção Regional do Trabalho não poderão ser encontradas no Plano nem nas Orientações de Médio Prazo porque correspondem a despesas de funcionamento da entidade inspetiva e não despesas do plano. De qualquer modo, o Senhor Secretário salientou que a Inspeção Regional do Trabalho é uma entidade que funciona com autonomia própria, mas que está planeado é uma ação forte em termos pedagógicos. Referiu ainda, que o Fórum de Qualificação Profissional não tem nada a ver com o Observatório do Emprego. Pretende-se olhar para 2030 e definir em conjunto as políticas, convidando desde logo o Observatório da Juventude e o Observatório do Emprego não para a Comissão Organizadora, mas para a comissão de avaliação e acompanhamento. Pretende-se que exista uma entidade capaz de ir monitorizado ao longo dos anos e afinando as políticas seja quais forem os responsáveis políticos.

O Deputado Vílson Gomes referiu que o aumento das ações inspetivas está inteiramente ligado àquilo que é o reforço do investimento para o ano que estamos em análise e despesas correntes relativamente à Inspeção Regional do Trabalho. Se há um reforço das ações inspetivas deverá ser considerado como investimento razão pela qual entende que deverá estar prevista uma



verba no Plano. Questionou ainda sobre a verba inscrita na rubrica 11.2.5, estudos e projetos na área de atuação da Direção Regional de Qualificação Profissional Emprego em parceria sobretudo com entidades externas.

O Senhor Secretário Duarte Freitas referiu, novamente, que as verbas para as ações inspetivas não estão plasmadas no Plano por não serem consideradas investimentos. Relativamente à rubrica 11.2.5 estas verbas estão definidas para alguma ação que necessita a cooperação de outras entidades, como por exemplo alguma ação da Juventude em cooperação com o Observatório da Juventude. Aproveitou, ainda, para informar que existe uma verba de 520 mil euros que não está inscrita nos documentos orçamentais prevista para a qualificação técnica que tem a ver com o “Terceira Tech Island”. Relativamente ao Terceira Tech Island, o anterior Governo pagava 30 mil euros por mês à Câmara Municipal da Praia da Vitória através de um Contrato ARAAL para fazer face às despesas de arrendamento não só dos locais onde são feitas as formações, como também, os espaços onde as empresas se encontram a laboral, uma verba anual de 360 mil euros. O atual Governo pretende aumentar para 520 mil euros a verba a atribuir com o objetivo de que sejam ministradas mais formações em JavaScript ou outra linguagem.

O Deputado Pedro Neves (PAN) mencionou que a pobreza está intrinsecamente ligada ao insucesso escolar e que a formação profissional é a melhor ferramenta, feita à medida, como referiu o Senhor Secretário. Neste sentido o Deputado Pedro Neves considera que a formação está completamente desajustada à realidade açoriana e às necessidades das empresas. De acordo com o Senhor Secretário este Governo pretende fazer formação à medida das necessidades das empresas. Nesse sentido, questionou, se para além das medidas que já estão previstas se haverá uma sensibilização às empresas relativamente aos rótulos que são negativos, no caso, uma discriminação positiva em termos de sensibilização promocional desses jovens adultos que estão em precariedade.

O Senhor Secretário Duarte Freitas referiu que há uma clara necessidade de melhorar a percepção pública que existe sobre a formação profissional. O Governo está a definir em conjunto com o Fórum da Qualificação Profissional uma estratégia de comunicação com vista a melhorar a percepção pública que existe sobre a requalificação profissional quer seja através das empresas quer seja através da comunicação no digital quer seja através da comunicação mais tradicional, tendo já havido, inclusivamente, reuniões com a RTP Açores e com a Antena 1 nesse sentido. Contudo, e à medida que os empresários vão tendo pessoas mais capazes mais qualificadas e mais produtivas, vão ter que, também, naturalmente responder em termos da remuneração. Só através desta lógica de melhor formação, melhor produtividade, melhor



qualificação, melhor remuneração é que se poderá, de facto, colocar a funcionar o elevador social e poder-se-á alavancar toda a economia através da qualificação.

O Deputado João Bruto da Costa (PSD) referiu que, relativamente à Inspeção Regional do Trabalho, e apenas para clarificar o assunto, questionou se a não inclusão da verba das ações inspetivas no Plano está relacionada com a forma como são elaborados estes documentos. Sendo assumido que as ações inspetivas são consideradas despesas correntes, as mesmas não poderão ser alocadas como investimentos do plano.

O Senhor Secretário Regional Duarte Freitas referiu não ter nada a acrescentar ao que já foi anteriormente referido, no entanto, aproveitou para anunciar mais uma medida prevista para este Governo e que se prende com a criação de Agências com “J”, quer dizer Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato. Pretende-se em cada uma das nossas ilhas ter estes espaços que possam dar apoio a estas entidades porque é importante ter a IRAE e a IRT em todas as ilhas, mas é importante também ter em todas as ilhas o apoio ao emprego e ao artesanato e ao comércio. A diferença para este novo Governo está nesta percepção de que cada ilha corresponde a uma realidade distinta.

O Senhor Secretário Regional informou que irá fazer chegar à Comissão o plano de trabalhos da IRT, mas deixou, claro, uma vez mais que nunca houve nos planos anteriores verbas para as ações inspetivas.

A Deputada Alexandra Manes (BE) mencionou o relatório da OCDE relativamente aos efeitos do ensino dual na Alemanha, citando “de certa forma a predominância de alemães que não atingem mais do que as qualificações médias reflete o sistema dual do país no qual os custos vocacionais do ensino secundário desempenham um papel preponderante”, nesse sentido questionou se o Governo tem noção ou se tem conhecimento do que se passou com os jovens alemães que são menos qualificados do que a geração dos seus pais e que por isso entraram no mercado de trabalho de uma forma muito mais precária.

O Senhor Secretário referiu que há uma divergência de ótica, sendo que, não considera que o Ensino Superior seja a condição única para melhorar capacidade perante a sociedade. Naturalmente, o Governo terá de ter muita atenção no tipo de formação que será ministrada. Hoje em dia, muitas pessoas com ensino superior têm mais dificuldades de empregabilidade de que algumas pessoas de cursos técnicos, sendo por isso que se pretende, também, ter as empresas da sociedade civil a dar as mãos, para em conjunto se poder objetivar quais serão as áreas de formação que devem ser incentivadas.



O Deputado Carlos Furtado (CH) questionou se existe uma calendarização para a formação dos 3 mil ativos referenciados pelo Senhor Secretário, sendo que, estas formações farão a diferença no sentido prático nos ativos da nossa região.

O Senhor Secretário referiu que, até ao final de 2022 espera poder atribuir as qualificações aos mais de 3 mil inscritos, sendo que, para este ano irá haver uma ação massiva onde se pretende formar mais de mil e 600 pessoas, deixando para 2022 os restantes que estão inscritos e identificados nas agências de emprego.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES, ANA CARVALHO:

A senhora Secretária Regional Ana Carvalho iniciou a sua intervenção referindo o seguinte:

O Decreto Regulamentar Regional n.º 28/2020/A, de 10 de dezembro, que aprovou a estrutura orgânica do XIII Governo Regional dos Açores, reflete as opções tomadas para a governação dos Açores, expressando, nomeadamente, as orientações estratégicas assentes nas políticas públicas do XIII Governo Regional.

A Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações é o departamento do Governo Regional com competência em matéria de obras públicas, transportes terrestres, comunicações e apoio laboratorial a obras públicas e privadas.

Na prossecução da sua missão, são atribuições da SROPC, designadamente:

- a) Promover formas de cooperação com instituições e entidades locais, regionais, nacionais e internacionais nos seus domínios de atuação.*
- b) Promover, coordenar e acompanhar a elaboração dos estudos e projetos de obras públicas da administração regional direta, bem como proceder à sua execução, em articulação com os departamentos do Governo Regional a que respeitam;*
- c) Gerir e fiscalizar a rede viária regional, a respetiva servidão administrativa, equipamentos e os espaços adjacentes de lazer.*

 *Cooperação com diversas entidades*

No domínio da cooperação a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações propõe-se a:

- a) Apoiar diversas entidades de interesse coletivo, designadamente através da celebração de contratos-programa;*



- b) *Celebrar contratos ARAAL com as autarquias locais, no âmbito das suas competências;*
- c) *Cooperar com entidades públicas, através do lançamento de concursos de obras públicas.*

Obras Públicas

Com referência às obras públicas, o planeamento estratégico nas obras públicas é um fator preponderante na atividade económica, com reflexos diretos no emprego e na estabilidade social.

Nos próximos anos, através do quadro comunitário atual, 2014-2020, ainda em curso e do próximo no período 2021-2027, do Plano de Recuperação e Resiliência e do React-EU, as obras públicas terão um forte impacto na Região.

Neste sentido, o Governo Regional entendeu proceder à concentração e centralização das obras públicas num único departamento governamental – a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações.

Para o efeito, a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações sucede nas atribuições e competências dos demais departamentos do Governo Regional, relativas às empreitadas de obras públicas e às aquisições de bens e serviços com elas relacionadas, assumindo a posição jurídica nos respetivos contratos já celebrados e nos procedimentos em curso.

Neste contexto, a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações propõe-se, além do mais, ao seguinte:

- a) *Uniformizar procedimentos de contratação pública, quer de empreitadas de obras públicas, quer de aquisições de bens e serviços com elas relacionadas;*
- b) *Executar obras públicas de construção, reparação, renovação e reabilitação das redes viárias regional e florestal, de infraestruturas hidráulicas e marítimas da administração regional direta, e de edifícios e equipamentos públicos de carácter escolar, científico, cultural, desportivo e de saúde, do património da Região;*
- c) *Desenvolver e operacionalizar planos de monitorização de infraestruturas hidráulicas e marítimas da administração regional direta, planos de manutenção de edifícios e de equipamentos públicos do património da Região, e planos de gestão das obras de arte da rede viária regional.*



 **Prevenção e Segurança Rodoviária**

Em matéria de prevenção e segurança rodoviária, estão previstas diversas ações de reabilitação de estradas regionais e ainda campanhas de prevenção rodoviária.

 **Execução do Plano de Recuperação e Resiliência**

O Plano de Recuperação e Resiliência Nacional será financiado pelo Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência que tem como propósito apoiar a concretização de investimentos e reformas que capacitem as economias dos Estados Membros tornando-os mais resilientes e mais bem preparados para o futuro.

O PRR inclui onze investimentos na Região Autónoma dos Açores, num investimento global que ascende a 580 milhões de euros.

No âmbito do PRR, a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações prevê executar ações relacionadas com diversos circuitos logísticos terrestres da RAA, num investimento global de aproximadamente 60 milhões de euros, cuja execução deverá estar concluída até dezembro de 2025.

Este investimento depende da aprovação do PRR nacional.

O Deputado Carlos Ferreira (PSD) questionou a articulação entre o Plano Anual Regional e o Plano de Recuperação e Resiliência, nomeadamente em relação aos 60 milhões de euros a investir na rede viária. De acordo com a Senhora Secretária, a região está dependente da aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência nacional para efeitos de aprovação, também, da componente regional em relação à rede viária, questionando qual é a expectativa temporal relativamente à aplicação dos 60 milhões de euros na rede viária regional.

A Senhora Secretária Ana Carvalho informou que não consegue estabelecer um prazo para a aprovação do PRR a nível nacional, sendo que só depois da aprovação do mesmo se poderá programar os investimentos que estarão previstos para estes 60 milhões de euros.

O Senhor Deputado João Vasco Costa (PS) questionou relativamente à verba de 12 mil euros alocadas à beneficiação de estradas regionais, nomeadamente, no que diz respeito a Santa Maria.

A Senhora Secretária Ana Carvalho explicou que esta verba corresponde a um projeto de alargamento da via de acesso à Maia e à construção de valetas em algumas estradas. Há, também, a intenção de construção de uma variante em Santa Maria, mas que está dependente da aprovação do PRR.

O Senhor Deputado Paulo Silveira (PSD) questionou relativamente à verba de 47 mil e 200 euros inscrita nos circuitos logísticos para São Jorge e que faz referência à ligação entre o Norte e o



Sul, deduz-se que será para fazer a transversal entre a Urzelina e Santo António, sendo esta uma reivindicação muito antiga dos Jorgenses.

A Senhora Secretária Ana Carvalho informou que o Governo inseriu a Transversal no PRR, contudo, é necessário aguardar pela aprovação do mesmo. Os montantes referidos pelo Deputado Paulo Silveira correspondem a pagamento de obras que já foram executadas ou que estão em fase de conclusão, nomeadamente a reabilitação da ponte da Ribeira das Lixivias, a construção de um muro de suporte de acesso aos Rosais, a elaboração de um projeto de reabilitação e beneficiação da estrada de acesso ao Topo e a reconstrução do muro de suporte do Ramal da Calheta.

O Deputado Manuel Ramos (PS) relativamente à desagregação espacial para a Ilha da Graciosa, mais concretamente a verba inscrita no que diz respeito à reabilitação das estradas questionou se esta reabilitação será uma intervenção em várias vias ou apenas numa via, como por exemplo no caso da Praia - Guadalupe e Santa Cruz de Guadalupe.

A Senhora Secretária Ana Carvalho esclareceu que está previsto numa variante que irá ligar a Escola ao Centro de Saúde, ligando duas estradas regionais. Estas verbas inscritas prevêm pequenas reabilitações, por exemplo, do Ramal às Termas do Carapacho, a instalação de pontos de carregamento de veículos elétricos, a construção de um poço Sumidouro na Canada das Bicas, intervenção urgente de acordo com um parecer do LREC e a monitorização estrutural do túnel de acesso à Caldeira.

O Deputado Carlos Furtado (CH) questionou se o atual Governo pretende dar cumprimento à Carta das Obras Públicas deixada pelo anterior executivo, admitindo que poderá haver alterações pontuais a realizar por parte do atual Governo. Questionou, ainda, se são 60 milhões ou 70 milhões no âmbito do PRR.

A Senhora Secretária Ana Carvalho referiu que a Carta das Obras Públicas da autoria do Governo anterior e que o atual governo planeia as suas obras em função das necessidades, sendo que, apesar de haver obras que estejam previstas, poderão não ser executadas por ser necessário dar prioridade a outras intervenções. Relativamente à verba inscrita no PRR é de 60 milhões de euros.

O Deputado Carlos Ferreira (PSD) questionou se foi o atual governo ou o anterior que identificou as vias de comunicação a integrar nos investimentos a realizar ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência. Relativamente à variante da cidade da Horta, investimento que a Senhora Secretária já anunciou publicamente que será realizado ao abrigo dos investimentos no âmbito PRR, questionou se é intenção do Governo proceder a uma alteração do traçado.



A Senhora Secretária informou que foi o Governo anterior que negociou os 60 milhões previstos no PRR, no entanto, não foram definidas as estradas que integrariam o Plano, sendo que, essa listagem foi elaborada pelo atual Governo. Em relação à variante da Horta, a mesma está incluída no PRR, sendo que o traçado vai ser alterado para que não passe nas zonas urbanas. Já foi feito o levantamento topográfico encontrando-se na fase de implantação de um novo traçado que mais tarde será apresentado de modo a que se possa ouvir a opinião de todos os Faialenses.

O Presidente da Comissão e Deputado Bruno Belo questionou se a verba de cerca de 176 mil euros alocada à beneficiação de estradas, nomeadamente, no que diz respeito às Flores se corresponde às pequenas reabilitações semelhantes às ilhas da Graciosa e Santa Maria.

Questionou, também, se apoio às atividades do táxi no âmbito da pandemia COVID-19, um valor ligeiramente superior a meio milhão de Euros tem por finalidade dar resposta ao apoio já anunciado pelo Governo e, por fim, se está prevista a construção de uma variante nas Furnas, São Miguel, uma alternativa à estrada que vai para a Povoação, uma vez que, na legislatura passada, foi alvo de uma petição, tendo sido ouvidos o Senhor Presidente da Câmara da Povoação os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia das Furnas e da Povoação.

A Senhora Secretária informou que, relativamente às Flores está prevista a reparação da estrada entre o Feital e a Ribeira Funda. No que diz respeito à questão dos taxistas, o montante previsto é para o apoio que já foi aprovado e publicado, estando já abertas as candidaturas. Quanto à variante às Furnas ela é composta por duas fases, a primeira fase foi lançada pelo anterior Governo em diploma, contudo o atual Governo não pode dar início à mesma porque não foram feitas as expropriações, não podendo, portanto, assinar o contrato por não ter a posse administrativa dos terrenos. Estamos a envidar esforços para que as aquisições dos terrenos se façam com maior celeridade possível para que se possa assinar o contrato sujeito ao visto do Tribunal de Contas.

O Deputado João Bruto da Costa (PSD) questionou se seria possível à Senhora Secretária elencar todas as intervenções que estão previstas nos 60 milhões inscritos no PRR.

A Senhora Secretária Ana Carvalho referiu que com a aprovação do PRR teremos a primeira fase da variante das Furnas, uma variante à Vila das Capelas uma promessa feita há muitos anos e que vai beneficiar várias freguesias do norte da ilha de São Miguel, a variante a São Roque cujo concurso também já está lançado e, ainda, uma variante ao Portal do Vento, no que diz respeito a São Miguel. Para a ilha Terceira o Governo pretende incluir no PRR uma variante entre a VR e a Circular de Angra. No que diz respeito a São Jorge está prevista a Transversal. Em relação a Santa Maria, o Governo pretende fazer uma variante que saia da Rotunda do Açucareiro até à



entrada do Porto para os transportes pesados não tenham que passar por meio da vila. Relativamente à Graciosa será a ligação entre as duas estradas que ligam a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz ao Centro de Saúde. Na ilha do Pico estará prevista uma variante à Vila da Madalena para não apanhar tantas estradas secundárias. Relativamente às Flores e ao Corvo as suas estradas estão praticamente todas reabilitadas. O Governo está preocupado com os estragos que poderão advir nas estradas devido às obras do Porto, razão pela qual incluíram no Caderno de Encargos a reposição das condições das estradas no final da obra.

O Deputado Tiago Branco (PS) questionou se o Governo sabe como está o projeto projeto de requalificação da frente mar da cidade da Horta que incide sobre uma Via Regional. Apesar de ser executada pela Câmara Municipal, de acordo com o Deputado Tiago Branco havia um compromisso do anterior Governo em compartilhar de alguma forma essas obras. Questionou, também, se este compromisso se mantém.

A Senhora Secretária Ana Carvalho referiu que desconhecia totalmente esse compromisso, dizendo que se ele existir por escrito o vai procurar. Afirmou, também, que dentro do acordo de cooperação que este Governo irá ter com todas as entidades fará o possível para compartilhar.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA, PEDRO FARIA E CASTRO:

O Subsecretário Regional da Presidência Pedro Faria e Castro iniciou a sua intervenção referindo que, o Plano Regional Anual de 2021 tem uma programação de investimento público da responsabilidade da Presidência do Governo de 1 milhão e 550 mil euros. Destes 1,5 milhões de euros, 350 mil estão afectos as áreas da competência do Subsecretário. Houve, de facto, um esforço de contenção da despesa pública nas várias áreas sob responsabilidade da Presidência comparativamente a 2019 e a 2020. Mesmo tendo em consideração a redefinição das áreas da responsabilidade de intervenção entre a Presidência e a Vice-Presidência do Governo Regional sobre os assuntos europeus e a cooperação externa.

Os Açores são parte integrante da projeção europeia além-fronteiras e um ponto geoestratégico determinante para dotar o país de um poder funcional decisivo no xadrez geopolítico mundial. Se, por um lado, os Açores são a fronteira mais ocidental da Europa, por outro lado, são as portas de entrada para um relacionamento transatlântico privilegiado com a comunidade internacional.

A Região atua direta e indiretamente no sistema internacional, no plano interno, em diálogo próximo com os órgãos de soberania com competência em matéria de política externa, e agindo



diretamente num exercício objetivo de paradiplomacia, como acontece com a cooperação com regiões de outros Estados, com vista ao desenvolvimento de programas de interesse comum e o desenvolvimento de relações com entidades de países com afinidades culturais e económicas. Desde 1986 que pertencemos à União Europeia e, com essa pertença comunitária, Portugal em geral e a Região em particular, beneficiam de apoios que têm contribuído para o nosso desenvolvimento económico, social e cultural, a par de outras regiões europeias. Mas, numa perspectiva mais abrangente, torna-se preponderante relançar toda a plenitude interpretativa da ultraperiferia, tal como vem definida no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, com vista à construção de uma Europa justa, solidária e resiliente.

Junto do Parlamento Europeu, do Conselho ou da Comissão Europeia, o Governo Regional pugnará pela defesa dos interesses dos Açores, invocando direitos e assumindo deveres, e estaremos especialmente atentos à aplicação do princípio da subsidiariedade, valor essencial da construção europeia num período de redefinição estratégica, como o evidencia a recente iniciativa de uma Conferência sobre o Futuro da Europa que será igualmente impulsionada com a visão das nossas ilhas.

Potenciar-se-á a ação da Região no Comité das Regiões, que ganha cada vez mais espaço no processo de decisão da União, em virtude da crescente adesão do “método comunitário” à aplicação do princípio da subsidiariedade e ao próprio desenvolvimento da organização política dos Estados-membros.

Os Açores são, igualmente, parceiros ativos na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia que decorre neste primeiro semestre de 2021. O trio de Presidências, instituído pelo Tratado de Lisboa, é atualmente constituído pela Alemanha (que decorreu no segundo semestre de 2020), Portugal (primeiro semestre de 2021) e Eslovénia (segundo semestre de 2021). Está previsto realizarem-se atividades em áreas determinantes para o arquipélago, ao nível dos oceanos, do espaço e da defesa.

É neste corrente ano que os Açores assumem a Presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, a principal estrutura de cooperação entre os presidentes dos órgãos executivos das regiões (Portugal, Espanha e França). Serão desenvolvidas ações ao nível de organização de eventos e de debates.

É também intenção do Governo Regional regressar com empenho aos trabalhos do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, assim como à Conferência dos Governos da Macaronésia.

Pretende-se, ainda, valorizar a cidadania europeia, promovendo iniciativas que permitam, junto das gerações mais novas, fomentar o espírito da solidariedade, da igualdade e da cooperação,



divulgando-se os direitos, mas também os deveres inerentes a uma cidadania ativa que alavanque os propósitos dos Açores na defesa de uma Europa unida em prol das suas regiões. No âmbito destes princípios está em causa um total de orçamento que, em termos de plano, corresponde a 350 mil euros.

No que diz respeito aos programas 1.4 e 1.5, o Subsecretário mencionou as seguintes verbas e ações:

1.4 Relações com Atlântico e Territórios Interesse Estratégico para Açores – 136.650€

1.4.1 Centralidade Atlântica – 20.000€

Dinamização e valorização da dimensão atlântica da Região nas relações com os Estados, entidades territoriais, instituições, organismos externos, com interesse económico, político e estratégico; aprofundamento do conhecimento e das potencialidades do espaço Atlântico, enquanto motor e vetor de áreas políticas essenciais como o ambiente, os transportes, o conhecimento científico, recursos naturais, entre outros;

Valorização da dimensão geoestratégica da Região Autónoma dos Açores, com uma visão prospetiva e de fortalecimento dos laços históricos e diplomáticos, através da promoção externa da Região e de atividades, protocolos, atribuição de apoios e/ou parcerias relevantes para aquele fim.

Implementação de projetos comuns com a Macaronésia e aprofundamento de relações bilaterais com estes e outros territórios estratégicos.

Reforçar a aproximação às representações diplomáticas e organizações internacionais para a promoção da Região.

1.4.2 Formação e mobilidade regional e internacional – 64.650€

Promover a mobilidade interna e externa de jovens açorianos através do apoio a estágios regionais e internacionais, nomeadamente com a Bolsa Medeiros Ferreira, enquanto incentivo à candidatura junto do Colégio da Europa, e do Programa Estagiar Europa, com a realização de estágios no Gabinete da Região Autónoma dos Açores, em Bruxelas.

1.4.3 HEXAGONE – 20.000€

Projeto estratégico de cooperação aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial MAC 2014-2020 com uma duração inicial de 4 anos (2016-2019) e prorrogado até 31 de dezembro de 2022. Integra seis parceiros, três deles europeus (Açores, Madeira e Canárias) e três não europeus (Cabo Verde, Senegal e Mauritânia) e tem por objetivos, por um lado, o aumento da cooperação entre os espaços europeu e não europeu do projeto e, por outro, o desenvolvimento de competências que possibilitem a concertação entre o Fundo Europeu de



Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e outros fundos europeus, potenciando o surgimento de novos projetos.

1.4.4 Ilhas de Inovação – 12.000€

Projeto de cooperação aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial INTERREG Europa com a duração de 5 anos (2017 – 2021). Integrando sete parceiros insulares dos Países Baixos, Dinamarca, Portugal, França, Grécia e Estónia, este projeto tem por objetivo a identificação e criação de oportunidades de diversificação das economias das regiões parceiras do projeto através da melhoria das suas políticas de inovação, nomeadamente no contexto dos setores da Estratégia de Especialização Inteligente.

1.4.5 INTEGRA – 20.000€

O Programa de Integração de Mercados e Desenvolvimento Económico e Social Regional da Macaronésia, aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial Interreg Mac 2014-2020, pretende fortalecer a cooperação institucional entre as regiões da Macaronésia, através do desenvolvimento de uma estratégia conjunta em áreas de desenvolvimento económico, social e cultural, pretendendo fortalecer os setores estratégicos de alto valor agregado, como: economia azul, turismo sustentável, I&D, energia, entre outros, identificando os setores com maior potencial, capazes de gerar emprego e riqueza em cada uma das regiões, assim como em todo o espaço da Macaronésia.

1.5 Os Açores no Espaço Europeu – 213.350€

1.5.1 Relações transnacionais, inter-regionais e com as Instituições Europeias – 137.350€

Aprofundar a participação da RAA em palcos e espaços de cariz internacional, nacional e inter-regional. Relançar o conceito de ultraperiferia, com uma nova abordagem da aplicação do artigo 349.º do TFUE; dinamizar a relação da Região nos organismos de cooperação inter-regional que faz parte e junto das instituições nacionais e europeias, através de uma ação interventiva, participativa e defensora dos interesses da RAA.

Estabelecer e aprofundar relações, atividades, protocolos; atribuir apoios e promover parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para o interesse da Região.

1.5.2 Açores na Europa – 71.000€

Consolidar a ação e função do Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas, enquanto defensor e promotor dos interesses da Região junto das instituições e órgãos da União Europeia. Promover o aprofundamento do conceito de ultraperiferia e das políticas subjacentes, como ponto de viragem para uma abordagem mais integradora da RAA e RUPs na UE. Apoiar a preparação de quadros da administração regional para o acompanhamento,



conhecimento e especialização em áreas e políticas da UE com interesse para o desenvolvimento da RAA. Apoiar as instituições, organismos públicos e privados, associações, entre outros, da RAA, que assim solicitem, ações junto da UE. Celebrar protocolos, estabelecer parcerias e atribuir apoios destinados à aproximação dos Açores e a UE neste âmbito.

1.5.3 Promoção dos valores e cidadania europeia – 5.000€

Promover e dinamizar a divulgação da UE e dos seus valores junto das escolas da RAA e da sociedade civil em geral.

Promover a celebração de efemérides Europeias, como o Dia da Europa, através de iniciativas que impulsionem o conhecimento da UE.

Aprofundar a relação com os Clubes Europeus e incentivar a sua ação pedagógica e difusora das temáticas europeias junto das comunidades escolares da RAA.

Criar programas e atividades que apelem aos valores de cidadania e de democracia junto do ensino básico e divulgá-los junto dos órgãos da União Europeia e demais entidades.

Dinamizar espaços para a informação e documentação europeia.

Apoiar atividades/projetos, celebrar protocolos, parcerias com entidades promotoras das temáticas europeias.

O Deputado João Vasco Costa (PS) questionou sobre a dotação para o ponto 1.5.3, tendo o Senhor Secretário que a mesma era pequena, não tendo contudo concretizado o montante desta verba.

O Subsecretário Pedro Faria e Castro referiu que o montante desta verba é de 5 mil euros.

O Deputado João Bruto da Costa (PSD) abordou o Senhor Secretário, no que diz respeito ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, considerando que o mesmo era uma estrutura de missão que terminava no ano passado questionou se a mesma foi renovada e quais são as intenções do Governo relativamente ao gabinete em Bruxelas.

O Senhor Subsecretário Pedro Faria e Castro expôs que, desde da adesão de Portugal às Comunidades Europeias em 86 que se colocava a seguinte questão, até que ponto tinham os Açores a capacidade de manter um diálogo com as instituições das Comunidades Europeias e qual a capacidade real, em através dessa vontade de manter esse diálogo direto com essas entidades, em que medida é que isso se coadunava com todos os outros mecanismos de participação da região no processo de integração europeia tal como vem descrito não só na Constituição, como um estatuto político-administrativo da região. Em 1986, o Governo Português ao montar a sua estrutura para a Representação Permanente de Portugal junto das, então, Comunidades Europeias entendeu que deveria haver um conselheiro designado pelos



Açores e por um designado pela Madeira tendo em conta o cumprimento constitucional dos direitos dessas regiões. Acontece, porém, que essa benesse do Governo Português tem as suas condicionantes, nomeadamente, os conselheiros designados pelas regiões autónomas foram impedidos de assumirem áreas que não se relacionam diretamente com os interesses das Regiões Autónomas. Percebeu-se que era importante ter uma estrutura separada daquilo que é representação de Portugal em Bruxelas e que permitisse às regiões autónomas, neste caso, em concreto, um diálogo permanente e com orientações permanentes e que tivesse a capacidade de acompanhar todas as questões nas instituições comunitárias, nomeadamente e principalmente, no que dizia respeito à Comissão Europeia. Desde 1990 e até por alguma pressão de alguns parceiros económicos e sociais da região, o Governo Regional começou a ponderar, efetivamente, a instalação de uma estrutura. E, finalmente, em 2017, o Governo Regional decidiu abrir um Gabinete em Bruxelas, através de uma resolução de Conselho de Governo, daí a figura da Estrutura de Missão que, apesar de já ter expirado o prazo da sua missão, considera-se renovado. O Governo pretende que os Açores tenham um gabinete com uma estrutura mais estável e que tenha uma maior capacidade de ação junto das instituições da Comissão, do Parlamento Europeu, do Comité Económico e Social e do próprio Comité das Regiões. Este ano ainda não foi possível alocar uma verba no Plano para fazer face a esta necessidade, mas espera-se que no próximo ano possam ser dados os primeiros passos na renovação desta estratégia.

O Deputado Vílson Gomes (PS) mencionou que é com satisfação que se constata que o plano descreve muitas ações no âmbito da formação e mobilidade regional e internacional, nomeadamente a Bolsa José Medeiros Ferreira e o Colégio Europa, ferramentas estas que têm sido muito importantes para os jovens açorianos. Assim sendo, vendo que o plano e orçamento inscreve uma rubrica destinada a esta bolsa questionou em que medida durante ano de 2021/2022 será disponibilizada esta bolsa José Medeiros Ferreira atendendo que, até ao momento, não há qualquer informação de como correram as candidaturas para os jovens que pretendem frequentar o colégio Europa através da bolsa Medeiros Ferreira e em que medida esta inscrição no plano orçamento irá ser vantajoso ou irá dar continuidade este instrumento.

O Senhor Subsecretário Pedro Faria e Castro considerou que estes Programas têm, sem dúvida, sido vantajosos e que, portanto, o Governo Regional pretende continuar a desenvolver estes programas.

O Deputado Vílson Gomes voltou a intervir no sentido de questionar o Senhor Subsecretário relativamente ao período de candidaturas para 2021/2022 para a Bolsa Medeiros Ferreira, uma



vez que esta Bolsa é que permite a frequência no Colégio Europa. Nesse sentido, a dúvida é, se esta verdade alocada a estes programas está afeta, ainda, ao ano de 2021/2022.

O Senhor Subsecretário Pedro Faria e Castro referiu não conseguir precisar o período de candidatura, mas disponibilizou-se para fazer chegar à mesa a informação, de modo a que seja distribuída por todos os grupos e representações parlamentares.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer de abstenção, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do BE, emitir **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII - “Orientações Médio Prazo 2021 – 2024”;
- 2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do BE, emitir **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII – “Plano Anual Regional para 2021”;



- 3) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do BE, emitir **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2021”.

Conforme despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia.

Santa Maria, 05 de abril de 2021.

A Relatora

Elisa Sousa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Bruno Belo